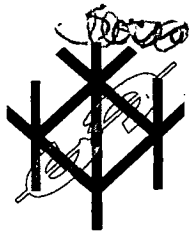


Proposta de fusão da Saúde com Previdência provoca polêmica

ESTADO DE SÃO PAULO



BRASÍLIA — O presidente, Itamar

Franco não vai esperar a revisão constitucional para enviar ao Congresso algumas sugestões que recebeu ontem para solucionar o problema de falta de recursos para a área de saúde. Itamar não especificou quais as medidas que considerou acertadas, mas elas fazem parte do relatório entregue pela comissão especial criada por ele para propor medidas objetivas e de emergência para o setor.

Duas propostas já estão criando polêmica: a fusão dos Ministérios da Saúde, Ação Social e Previdência em Ministério da Seguridade Social e fim do abatimento no imposto de renda de despesas médicas. Às 20h30, o ministro da Saúde, Jamil Haddad, explicará em cadeia de rádio e TV o caos do setor. Ele pedirá ao Supremo Tribunal Federal que apresse o julgamento da constitucio-

nalidade da cobrança do Finsocial, liberando os US\$ 8 bilhões bloqueados.

O dono das empresas Votorantim, o maior grupo privado do País, Antônio Ermirio de Moraes, também participará da cadeia nacional, como representante dos hospitais e dos empresários. Ele fará um apelo aos empresários para que paguem os impostos, particularmente o Confins (que substituiu o Finsocial), que destina 40% de sua arrecadação à saúde.

Mesmo com os Cr\$ 35 trilhões repassados pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT), segundo relatou o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), ainda restará um déficit no setor de Cr\$ 46,9 trilhões até o mês de junho, sendo Cr\$ 23,1 trilhões da Previdência e Cr\$ 23,8 trilhões da Saúde. Para equilibrar o orçamento do setor de junho a dezembro, serão necessários repasses de US\$ 6,3 bilhões, sendo US\$ 2,9 bilhões para a saúde e US\$ 3,4 bilhões para a Previdência.

Outras propostas da comissão são o corte e remanejamento no orçamento de

investimentos dos ministérios; a orientação para que o presidente não vete o artigo do projeto do IPMF que prevê que 20% da sua arrecadação se destine à saúde; a criação de um cronograma de pagamento, que não ultrapasse 40 dias para quitação dos débitos; unificação do Confins com o PIS-Pasep, para que se transforme em contribuição e não mais em imposto; sobretaxar cigarros e bebidas; repasse de 50% do seguro obrigatório de danos pessoais por veículos à saúde, além de criação de um outro imposto sobre automóveis; anulação de aposentadorias especiais e aumento da alíquota do Confins para instituições financeiras.

Repasses — Até sexta, o Inamps repassará ao Estado as verbas de saúde referentes aos meses de abril, maio e uma parte de junho, disse ontem o governador Fleury Filho. Segundo o presidente do instituto, Carlos Mosconi, o repasse obedece o teto pré-estabelecido, corrigido mensalmente pela TR.